



Carlos Alexandre é criticado pelo advogado Paulo Farinha Alves por "estar a atuar como um juiz carimbo das posições do procurador". O juiz de instrução não era obrigado a subscrever a manutenção da prisão preventiva.

Sócrates devia ter sido ouvido sobre a prisão preventiva

Medida de coação. Advogados e juízes dão razão à defesa do ex-primeiro-ministro e dizem que o Ministério Público e o juiz estiveram mal

RUTE COELHO

O Ministério Público pode mesmo ter cometido uma ilegalidade ao não ouvir o ex-primeiro-ministro sobre a sua manutenção em prisão preventiva, depois de este ter recusado a prisão domiciliária com pulseira eletrónica. A alegada ilegalidade foi invocada pela defesa de José Sócrates – que vai recorrer da decisão de o manter preso – mas penalistas e desembargadores ouvidos ontem pelo DN são da mesma opinião e entendem até que nunca devia ter sido dispensada a audição do ex-primeiro-ministro sobre a pulseira eletrónica (que recusou por carta enviada ao juiz e divulgada na comunicação social).

Estas possíveis falhas do MP e do juiz de instrução na maneira como conduziram a reavaliação da medida de coação podem ser aproveitadas pela defesa de Sócrates no recurso que irá apresentar. O presi-

dente da Associação de Advogados Penalistas, Paulo Sá e Cunha, é penitório: "Depois de o Ministério Público (MP) ter feito uma segunda promoção de medida, desta vez para manter o arguido em prisão preventiva, deveria ter sido assegurado o contraditório. A lei obriga a que a defesa tenha de se pronunciar quando o MP propõe uma alteração da medida de coação." Sá e Cunha defende também que José Sócrates, suspeito de fraude fiscal, branqueamento de capitais e corrupção, "deveria ter manifestado o seu consentimento ou recusa à pulseira eletrónica de forma presencial, perante o juiz".

Neste ponto, o desembargador Rui Rangel, do Tribunal da Relação de Lisboa, lembra que "a lei é clara como água" quando "exige que o arguido vá à presença do juiz para dizer que autoriza a prisão domiciliária com pulseira eletrónica". A recusa de Sócrates, manifestada por carta, não afastava "a necessidade

de ouvir o arguido". Frisando que não se iria pronunciar sobre o caso concreto, o colega de Rangel na Relação de Lisboa, o desembargador Eurico Reis, limitou-se a lembrar um "princípio basilar" do direito: "Sempre que o Ministério Público formula um requerimento, a parte contrária tem de ser ouvida. Nada pode ser decidido sem ouvir a outra parte."

Manter o arguido preso é ilegal?

Mas para o penalista Paulo Sá e Cunha o ponto mais grave nem é a audição do arguido. É que a manutenção de Sócrates em prisão preventiva pode ser "ilegal": "A partir do momento em que a prisão preventiva não é necessária torna-se ilegal e não pode ser mantida. Se foi o Ministério Público que tomou a iniciativa de alterar a medida de coação de preventiva para domiciliária com pulseira eletrónica foi porque entendeu que já não era necessária a prisão." Recorde-se

que o procurador Rosário Teixeira justificou que "não havendo consentimento" do arguido à pulseira eletrónica a substituição da prisão preventiva por outra medida "ficou inviabilizada", porque a obrigação de permanência na habitação com controlo à distância seria a única forma de acautelar os perigos de perturbação do inquérito e de fuga (considerado já "diminuto"). Na prática, o MP pode ter incorrido em "contradição", sublinha Paulo Sá e Cunha. "A pulseira só iria servir para acautelar o perigo de fuga que até já é diminuto mas nunca a perturbação do inquérito e de recolha e conservação da prova".

Para evitar uma possível ilegalidade "bastaria, face à recusa do arguido em usar pulseira, o juiz de instrução ter decidido que ficaria em prisão domiciliária, com ou sem vigilância policial". Sá e Cunha lembra que antes da introdução da pulseira eletrónica – no governo de António Guterres – era aplicada a prisão domiciliária com outros mecanismos de controlo.

O advogado Paulo Farinha Alves, sócio da firma PLMJ, também entende que Sócrates devia ter sido ouvido sobre a nova proposta para o manter em preventiva. "Mas mais grave é o MP ter decidido que havia condições para flexibilizar a prisão preventiva e depois ter voltado a propor essa mesma medida." Para Paulo Farinha Alves, "uma das situações mais tristes neste processo é o juiz Carlos Alexandre estar a atuar como um juiz carimbo das posições do procurador". O juiz de instrução "como 'juiz das liberdades' não podia ter caucionado a decisão do MP de manter o arguido em preventiva".

Um "animal feroz" mesmo perante o procurador

INTERROGATÓRIO O último interrogatório a José Sócrates pelo procurador Rosário Teixeira, nas instalações do Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP), a 27 de maio, decorreu num ambiente crispado, com o ex-primeiro-ministro sempre em posição de ataque. Duas semanas depois, Sócrates recusava a proposta de Rosário Teixeira para sair da prisão preventiva e ir para prisão domiciliária com pulseira eletrónica.

Excertos do interrogatório, ontem revelados pela revista *Sábado*, mostram que nos vários pontos focados dos alegados milhões de euros recebidos pelo ex-primeiro-ministro devido ao novo aeroporto de Lisboa, ou ao empreendimento de Vale do Lobo, no Algarve, passando pelo negócio obscuro da quinta de Sintra que foi de Duarte Lima, Sócrates manteve sempre um tom agressivo e desafiador ao Ministério Público. Condizente, aliás, com o mesmo tom que usou nas cartas que tem enviado aos órgãos de comunicação social a criticar todo o sistema judicial. A dado momento do interrogatório, José Sócrates lembrou ao procurador Rosário Teixeira que "prende um ex-primeiro-ministro" e "não um cidadão". O ex-líder do PS criticou o procurador por não apresentar provas das acusações que faz.

FRASES

"Sabe uma coisa (...), você prendeu um ex-primeiro-ministro, você não prendeu um cidadão."

"Durante seis meses prenderam-me, e ao fim de seis meses dizem 'ah, você foi corrompido, não sabemos ainda se no caso da Lena, no caso da Venezuela, nas concessões rodoviárias, no aeroporto, no TGV, nas obras do Parque Escolar (...)' ou em todas elas."

"O Sr. procurador não pode ser assim uma virgem vestida a quem não se pode dirigir uma crítica."

JOSÉ SÓCRATES
AFIRMAÇÕES NO INTERROGATÓRIO PELO PROCURADOR ROSÁRIO TEIXEIRA

OPERAÇÃO MARQUÊS

José Sócrates devia ter sido ouvido sobre a prisão preventiva

●O Ministério Público pode ter cometido uma ilegalidade ao não ouvir o ex-primeiro-ministro sobre a permanência em prisão preventiva, depois de ter recusado a pulseira eletrónica. A opinião já expressa pelo advogado João Araújo é confirmada por especialistas. "Devia ter sido assegurado o contraditório", diz Paulo Sá e Cunha,

presidente da Associação de Advogados Penalistas. O mesmo afirmam o desembargador Rui Rangel, da Relação de Lisboa, e o advogado Paulo Farinha Alves. Este lamenta que o juiz Carlos Alexandre atue como "um juiz-carimbo" do procurador Rosário Teixeira: "É uma das situações mais tristes deste processo." PORTUGAL PÁG. 10